



## **CONHECER PARA DESCONSTRUIR E (RE) CONHECER PARA (RE) CONSTRUIR: UMA EXPERIÊNCIA COM A LEI 10.639/03 NO ENSINO SUPERIOR**

Magnaldo Oliveira dos Santos (Professor/Mestre em Educação – UNEB)  
Hildalia Fernandes Cunha Cordeiro (Professora/Mestre em Educação – UNEB)

### *1. Conhecendo o componente curricular do curso de pedagogia*

A conquista da Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade da história da África e Afro-brasileira e anos seguintes, sancionada a Lei 11.645/08 que acrescenta as questões indígenas, trouxeram alterações profundas no âmbito da educação nacional em todas as instâncias. O curso de Pedagogia, assim como tantos outros, passa a ser repensado, a partir dessas alterações, objetivando trabalhar conhecimento, identidade e pertença conforme relevam o texto das Diretrizes abaixo:

O curso de Pedagogia, desde então, vai amalgamando experiências de formação inicial e continuada de docentes, para trabalhar tanto com crianças quanto com jovens e adultos. Apresenta, hoje, notória diversificação curricular, com uma gama ampla de habilitações para além da docência no Magistério das Matérias Pedagógicas do então 2º Grau, e para as funções designadas como especialistas. Por conseguinte, ampliam-se disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 5 e de 6 a 10 anos e oferecem-se diversas ênfases nos percursos de formação dos graduandos em Pedagogia, para contemplar, entre muitos outros temas: educação de jovens e adultos; a educação infantil; a educação na cidade e no campo; a educação dos povos indígenas; a educação nos remanescentes de quilombos; a *educação das relações étnico-raciais*; a inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, dos meninos e meninas de rua; a educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação; atividades educativas em instituições não escolares, comunitárias e populares. É nesta realidade que se pretende intervir com estas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2003, p. 4, *itálico nosso*).



Assim sendo, busca-se consonância do referido curso com as Diretrizes Nacionais acima citadas, construindo-se, então a seguinte ementa: Instrumental teórico-prático para uma reflexão ↔ ação sobre a Lei 10.639/03 e 11.645/08; Legislação antirracista; Teorias Racistas; Branquidade e Negritude; Mestiçagem e Mulatagem; Identidade negro-africana e indígena; Alteridade; Oralidade e Mitologia africana e indígena; Literatura infanto-juvenil africana e indígena; Políticas de Ações Afirmativas; A Resistência negra no Brasil colônia e pós-colônia; África Milenar (Pré-colonial) e Colonial: aspectos introdutórios; Religiões brasileiras de matrizes africanas e indígenas.

No que diz respeito aos objetivos a serem alcançados pela mesma, podemos citar os de ordem geral: Fomentar o estudo e a disseminação da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Proporcionar um ambiente favorável para a (re) educação das relações étnico-raciais.

Já no que se refere aos específicos, temos: Valorizar a inclusão da temática afro-brasileira e indígena nos currículos, não apenas pela necessidade de cumprir uma lei, mas, sobretudo, como uma estratégia voltada para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática; Desenvolver por meio da leitura, análise e produção de textos, maior conhecimento sobre assuntos relacionados à Lei 10.639/03 e 11.645/08 (importância e aplicabilidade); Desconstruir estereótipos em relação ao continente africano e aos povos indígenas; Identificar formas de exclusão e discriminação vivenciadas pelos afro-brasileiros e indígenas, ao longo da história; Desenvolver habilidades que o auxiliem no trabalho de tornar visível a temática racial para seus/suas futuros(as) educandos(as); Reconstruir sua compreensão acerca da história do negro e do índio, principalmente no que tange aos fatos que o registro oficial não conta; Conhecer e valorizar a memória cultural (saberes) do povo negro e indígena; Delinear estratégias de ensino que possam ser transpostas para a situação de sala de aula,



construindo um “leque” de opções para intervenções didático-pedagógicas numa perspectiva interdisciplinar, relativas à temática da Lei 10.639/03 e 11.645/08; Desenvolver habilidades para promover a valorização e a ampliação de conhecimentos acerca da cultura africana e indígena, de modo a favorecer a identificação dos(as) educandos(as) negros(as) e indígenas com as suas raízes culturais africanas e indígenas; Proporcionar momentos para a reflexão sobre a instituição escolar como espaço privilegiado para uma educação antirracista; Favorecer a (re) visão dos profissionais da educação para a valorização da diversidade humana; Dar visibilidade à diversidade étnico-racial e pluralidade cultural existente na sala de aula e Estimular junto aos (as) educandos(as) a construção e efetivação de relações etnicorraciais mais sadias e menos preconceituosas.

Por racismo entenderemos: “a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê”. (SANTOS, 1990, p. 12).

## *2. Relatando a Experiência*

Para que pudéssemos ter uma visão mais próxima da realidade o quanto possível da atual situação da educação no que se refere ao trato das questões preconizadas pela Lei 10.639/03 relativas à África, seus legados históricos e culturais e a história afro-brasileira e de seus descendentes, decidimos fazer uma pesquisa com os (as) educandos (as) do curso de Pedagogia de uma IES em Salvador.

A escolha pela IES que, por questões éticas, chamamos aqui de X se deveu ao fato do autor, do presente texto, ser professor/educador convidado e a coautora ser professora/educadora permanente do quadro, ambos atuantes, desde a implementação



do componente curricular Fundamentos e Metodologia do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no curso de Pedagogia da referida instituição no corrente ano.

Para realizarmos tal intento, utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa (CHIZZOTTI, 2006; ROCHA, 2008), empregando como técnica de pesquisa, para coleta dos dados, o formato questionário com questões abertas, contendo duas indagações. A primeira buscou saber: O que existe de África em você? A segunda perguntou, em caso positivo, como você exprime os valores africanos em seu cotidiano?

Os participantes da experiência didático-pedagógica foram os (as) educandos (as) do período matutino (aproximadamente 50) e do noturno (aproximadamente 40) do primeiro semestre do curso de Pedagogia, antes de iniciarmos o trabalho com o referido componente. O desejo foi sabermos qual a visão que eles (as) tinham sobre África ao iniciarem um curso de graduação, trazidos do ensino médio.

É interessante salientar que a Instituição X foi uma das pioneiras, entre as IES particulares de Salvador, na implementação da Lei 10.639/03, iniciando os trabalhos em 2006.2. Vale aqui lembrar que tal iniciativa configurava-se como responsabilidade social, uma vez que, a referida lei não torna obrigatório o trabalho com a temática no ensino superior.

Quando fomos solicitados para lecionar como professores convidados, auxiliando e orientando a professora permanente em 2006.2, a carga horária total do componente era de 72 horas, assim distribuídas: 18 encontros de 04 horas cada. Para trabalhar o continente africano eram destinados 04 encontros de 04 horas cada, perfazendo um total de 16 horas. Atualmente, houve uma redução da carga horária do componente para 60 horas, ficando apenas 01 encontro com carga horária de 02h45min para cada turno trabalhar o continente africano. Torna-se notório, assim, a perda quantitativa e qualitativa no trato com a referida temática, ainda que a aposta e o investimento do componente curricular sejam em processos de identidade e pertencimento.



Há uma gama de possibilidades que disponibilizamos para serem trabalhadas em relação à temática que vai de África Milenar: Histórias, Culturas e Formação dos Principais Reinos e Impérios; África e a Política Expansionista Europeia do Atlântico com o Tráfico Negreiro; África no Período de Colonização Europeia: Dominação e resistência; África na Contemporaneidade: Conflitos e Resoluções; África: Conhecendo o Continente – Aspectos Físicos e Geográficos, por último, África: Desconstruindo Equívocos Historicamente Construídos.

Vale salientar, ainda, que é de nossa práxis, entre os conteúdos acima citados, para além dos conhecimentos de ordem técnico-instrumentais, focarmos no trabalho com identidade e pertencimento, bem como, não eleger ou mesmo determinar o que ou qual deles deve ser trabalhado, mas apresentá-los à turma e deixar que ela faça a escolha daquele conteúdo que julgue ser mais instigante ou mais necessário para o seu processo de aprendizagem. A escolha de um só item se deve à drástica perda das 12 horas da carga horária total do componente curricular anteriormente mencionada.

### *3. África: que olhar eu tenho!*

Devido à natureza do presente texto e suas especificidades, bem como a breve extensão da comunicação, selecionamos, aleatoriamente, apenas 12 respostas entre as 90 para ilustrar qual o olhar que eles (as) têm sobre a África ao chegarem ao nível superior. Torna-se imprescindível explicitar que 95% das respostas dadas reproduzem os estereótipos e/ou equívocos construídos e perpetrados no transcurso de suas formações até o nível superior. As respostas abaixo reproduzidas se apresentam conforme os originais e objetivando salvaguardar a identidade dos informantes aparecerão somente as iniciais de seus nomes. Vejamos algumas:

Embora eu reconheça que muita da minha cultura vem de África, não consigo identificar concientemente, pois a maioria das coisas que aprendi sobre esse país me vieram de forma negativa.



Não sei como expressa-los pois a vida toda tentei reprimi esses valores (S.S. 24 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

A África é um **país** rico em culturas, mas pouco reconhecido, podemos dizer que a uma influência na culinária, e os penteados.

A África é um **país** que poucos querem como influência querem como espelho eles são povos cheios de culturas artes diciplinas diferentes (SBS, 18 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

**Muita fome, miséria, doença, guerra, terremoto.**

**Não exprime nada** em meu cotidiano preciso aprender mais sobre a África para poder falar sobre esse assunto. Pois a África ao meu ver só passa coisas ruins. (AMSD, 39 ANOS, CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Poxa, muita coisa, apesar eu ser de pele clara, eu tenho muito orgulho de dizer que sou negra, de tendência Africana, e hoje em dia vivemos num mundo que infelizmente tem muitas coisas parecida com a Africa, tais como a pobreza e a fome.

A Africa tem muitos valores, impressionante, é uma pena que a humanidade não sobre tirar proveito. (EL, 30 ANOS, CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Gosto de capoeira, música (reguee).

Vou em apresentação de capoeira ouço musicas regues, Bob Marley, e outros. (MPFM, 39 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Meu nome é T. tenho 23 anos. Os meus pais sempre disseram que eu sou negra eles são negros de pais negros. No meu cotidiano é sempre cheio de coisas como minha mãe é baiana de acarajé o meu pai é amante pela capoeira e sempre influenciou os seus filhos (T.S, X 23 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Vou saber agora com alguém que conhece, o que eu não conheço mais sei que tenho. (CSO, 59 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).



Como sou leiga no que se refere sobre a África não tenho conhecimento dos valores **deste povo** e do lugar, por isso não sei se carrego ou exprimo algo que tenho **interiorizado** da África em mim.

Apenas pela história que conheço sobre meus antepassados sei que tenho **traços** africanos e herdei um **pouco** da cultura. (RSC. 21 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Na verdade existe **pouco** de África em mim por **não ter muito conhecimento** sobre, até o momento **tenho vontade de conhecer mais sobre**.

**Gostaria de exprimir mais, mas estou conhecendo sobre a África a partir deste semestre aqui na faculdade.** (MFSO, 52 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Existe cor, cabelo, moramos numa cidade com maior descendência de negros. Então meu cotidiano é ver as **comidas** que eles costumavam fazer que ainda hoje encontramos. (RPI. 25 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

O que possuo de África e exatamente a minha descendência.

Os valores que me foram herdadas são exatamente: A **alegria**, a arte de **cantar e dançar**. O protesto que me foi ensinado. A ser passado de forma sutil e principalmente.. o inconformismo e questionamento de imposições. (RA. X ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Embora eu reconheça que muita da minha cultura vem de África, **não consigo identificar** conhecimento pois a maioria das **coisas que aprendi** sobre esse **país me vieram de forma negativa**.

Não sei como expressá-los pois a vida toda tentei **reprimir** esses valores. (SSLS, 24 ANOS. CURSO DE PEDAGOGIA, 2013 *grifo nosso*).

Como podemos constatar nos trechos expostos acima, são estereótipos, preconceitos, rejeições e desconhecimentos sobre o continente africano que predominam. Não há nestas respostas relatos das contribuições do continente africano nas áreas das ciências e tecnologias. Não há beleza nem positividade em relação à estética de seu povo, suas histórias e culturas. Há também a visão de que existe apenas fome, misérias no



continente e que os problemas que a África enfrenta na atualidade, dizem respeito exclusivamente a ela, como se estivesse desvinculada do contexto do mundo, desconhecendo também séculos de exploração expropriação, colonização e ‘roedura’ (HERNANDEZ, 2005) sobre esse continente. Embora negros (as), referem-se à África como se ela estivesse muito distante deles (as), não fazendo parte de suas realidades, não havendo, assim, nenhum vínculo, nenhuma correlação ou mesmo pertença entre eles e a África.

Percebida como um processo podemos afirmar que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como as outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar e lidar positivamente com a mesma (GOMES, 2005, p. 42). Se assim for: Que currículo tem sido historicamente, construído e perpetuado que acaba por não contemplar toda a riqueza da diversidade existente na escola? Parafraseando Gomes (2005) interroga-se: A escola tem dado atenção a essa questão? Tais reflexões tem feito parte das nossas discussões e encontram-se presentes nas formações de professores (as), que buscam tratar da diversidade cultural?

É a partir de toda essa complexidade aqui sinteticamente apresentada que passamos a interrogar a nossa prática e as teorias que a respalda, tendo sempre em mente o desejo de contemplar a rica diversidade existente no contexto escolar, procurando concretizar uma educação numa perspectiva antirracista, investindo na ideia do pertencimento, concebendo-o tal qual Jesus (2000):

Acredito que a consciência de “pertencimento” seja fruto de um processo de identificação, de construção identitária, forjado nas experiências compartilhadas, que pode ter suas raízes no passado, na própria ancestralidade; pode solidificar-se a partir de grupos de origem: família, por exemplo; tendo por base as referências religiosas e/ou culturais e artísticas; a partir do desvelamento da condição imposta pela realidade por meio da





militância, participação em grupos; pela interlocução com a literatura acerca da temática; enfim, pela tomada de consciência da posição que ocupa individual/coletivamente na sociedade. Mas, acredito que tais processos de identificação são permeados por relações interpessoais de re-construção, re-alimentação da noção de pertencimento, de identificação, onde os sujeitos sócio-histórico-culturais passam a assumir suas identidades étnicas (JESUS, 2000, p. 1).

Se durante muito tempo a escola privilegiou o contar de uma única história, chegou o momento de contemplar, também, os *continua* civilizatórios milenares, a exemplo dos ameríndios e africanos que também revelam riquezas e complexidades e ainda que distintas, não necessariamente são inferiores por conta disso e assim fazer valer a proposta de Luz (1998) no que se refere à ética da coexistência, aqui entendida como: “conjunto de princípios, valores, visão de mundo e linguagens cujas elaborações promovem sociabilidades, constituições de identidades coletivas e o direito a alteridade própria às populações de distintas realidades pluriculturais”. Enfim, trata-se de uma proposta de coexistência dialética, em que diversas alteridades civilizatórias sejam consideradas e contempladas enquanto contributivas para/no processo de humanização e humanidade.

*(In) conclusões: (re) conhecendo para (re) construir*

Para concluir sem fechar ou mesmo esgotar a temática nem as abordagens que podemos levantar sobre ela, apresentamos, então, algumas considerações que julgamos relevante para o entendimento, de nossa práxis e da proposta aqui apresentada.

Conforme pudemos verificar nas repostas apresentadas pelos informantes, registradas acima, é que mesmo após dez anos de sancionada a Lei 10.639/03, constatamos que grande parte dos (as) educandos (as) chegam aos cursos de graduação, demonstrando possuírem pouco ou nenhum conhecimento sobre a África e tudo o que lhe diz respeito. A maioria deles, de modo recorrente, se referem ao continente africano como se fosse um país, com uma só cultura, um só grupo étnico, possuindo uma língua geral falada em



toda extensão do continente sendo este constituído por 55 países e com aproximadamente 2197 línguas naturais, vale lembrar que em se tratando de África nada deve ser tomado como uniforme e tratado no singular, mas sim no plural.

Outra observação que destacamos nos relatos, é o fato deles falarem da África como se houvesse pouquíssimo ou nenhum vínculo entre eles e o continente, como se negros não fossem ou a negritude destes fosse apenas um fator de epiderme, herdada casualmente, sem quaisquer relações de origem, pertença ou historicidade com a África.

Vale também chamar atenção para a questão da faixa etária dos (as) informantes, pois, há uma variação entre 18 a 59 anos. Isso chama nossa atenção, porque se revela como mais um dado que respalda nossa análise e nossas inferências, ao afirmarmos que há um déficit no processo de educação e formação desses estudantes, particularmente, aqui os de pedagogia, sobretudo, no que diz respeito ao aspecto de pertencimento etnicorracial.

A presente experiência, demonstra a necessidade, não apenas de se conhecer a própria história para então, desconstruir os olhares enviesados, estereotipados e de negação que a educação como um processo, tem construído e perpetrado através dos séculos. Constatamos também a urgência de maiores investimentos e atenção aos cursos de formação de educadores, não esquecendo que serão esses profissionais que irão atuar nas salas de aula nos diferentes níveis. Que práticas serão desenvolvidas por estes, se sequer resolvidos estão em relação ao seu processo de identidade e pertencimento?

Por todo exposto acima, podemos afirmar que outro aspecto de relevância é o investimento e nas formações que extrapolem as necessidades técnico-instrumentais em africanidades e negritude, apostando na identidade e pertencimento etnicorracial, para que impliquem em (re) conhecimento para, então, poder (re) construir e (re) construir-se.



Por entender a educação como uma ação essencialmente política, aqui concebida enquanto tomada e explicitação de posições, a compreendemos também enquanto emancipadora, uma educação para a libertação, para a **(des) colonização**, para “a desfetichização e conscientização”, enfim, como afirma Gadotti (2004): “uma educação para um outro mundo possível”. Se assim é, ela poderá servir de instrumento para transformar atitudes e posturas até então anti-democráticas e opressivas, em lutas a favor daqueles que tiveram e têm suas culturas historicamente “subordinadas” à cultura dominante.

Compreender e respeitar a pluralidade cultural e a diversidade étnica é fundamental para a efetivação de uma educação que realmente contemple e respeite às diferenças. A lei 10.639/03 poderá ser um eficaz instrumento nessa direção a efetivação de uma educação antirracista e de concretização da proposta do MEC de (re) educação das relações etnicorraciais.

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia**. Brasília: MEC, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

GOMES. Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

HERNANDEZ. Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JESUS, Regina de Fátima de. **Professoras negras: assumindo a identidade étnica e desvelando o preconceito e a discriminação no cotidiano de vida e profissão**. Disponível



em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/reginadefatimajesust21.rtf> >.

Acesso em: 02 maio 2000.

LUZ, Narcimária (Org.). Obstáculos ideológicos à dinâmica da pesquisa em educação.

In: **Revista da FAEEBA**, Salvador, n. 10, pp. 151-165, jul./dez. 1998.

ROCHA, Nívea Maria Fraga (Org.). **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. Salvador: Fast Design, 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.